

Governo Civil do Distrito de Castelo Branco

Aviso n.º 10 874/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho da governadora civil do Distrito de Castelo Branco de 30 de Abril de 2007, foi nomeada, em comissão extraordinária de serviço público, a professora do quadro da Escola Secundária Amato Lusitano, de nomeação definitiva, licenciada Maria José Barata Batista para o cargo de chefe de gabinete de apoio pessoal, com a remuneração fixada pelo n.º 4 da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Secretário, por delegação, *Alcino Milheiro da Costa e Silva*.

Aviso n.º 10 875/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho da governadora civil do Distrito de Castelo Branco de 30 de Abril de 2007, foi exonerado o licenciado Fernando Manuel Antunes Vieira da Silva do cargo de chefe de gabinete de apoio pessoal, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Secretário, por delegação, *Alcino Milheiro da Costa e Silva*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 11 962/2007

I — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no despacho n.º 15 881/2005, do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 21 de Julho de 2005, delego e subdelego no director regional do Norte, em regime de substituição, inspector licenciado Luís Paulo Ribeiro Gouveia, com faculdade de subdelegação, os poderes necessários à prática dos seguintes actos:

- 1) Autorizar deslocações em serviço em território nacional, nos termos previstos na lei, relativamente ao pessoal afecto à respectiva direcção regional;
- 2) Autorizar o pedido de gozo de férias até à aprovação do mapa de férias;
- 3) Autorizar a alteração dos períodos de férias constantes dos mapas de férias aprovados;
- 4) Proferir decisão sobre realização de despesas públicas e autorizar as inerentes despesas, fixando em € 2500 o montante a que se refere a alínea g) do n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro.

II — Ratifico todos os actos praticados desde 9 de Abril de 2007 pelo director regional do Norte, inspector licenciado Luís Paulo Ribeiro Gouveia, que se enquadrem nos poderes antes conferidos.

14 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Rectificação n.º 815/2007

Por ter saído inexacta a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 19, de 26 de Janeiro de 2007, da lista n.º 91/06, despacho n.º 1263/2007, relativamente à concessão do estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, rectifica-se que onde se lê:

	«Data de nascimento
Luiz Henrique Rodrigues Monteiro Gonçalves	29-7-88»
deve ler-se:	
	«Data de nascimento
Luiz Henrique Rodrigues Monteiro Gonçalves Santana	29-7-88»

16 de Maio de 2007. — Pelo Director-Geral, a Inspectora Superior, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
E DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho n.º 11 963/2007

Com a publicação das leis orgânicas e dos estatutos do IMTT — Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., do InIR — Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P., e da ANSR — Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, bem como com a nomeação dos seus dirigentes, estão criadas as condições para iniciar as operações e decisões necessárias à transferência total das atribuições e competências da DGV — Direcção-Geral de Viação, da DGTTF — Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais e do INTF — Instituto Nacional de Transporte Ferroviário, serviços extintos, à reafecção e eventual colocação em situação de mobilidade especial do respectivo pessoal e à reafecção dos demais recursos.

Nestas condições, e nos termos do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro:

1 — É designado responsável pela coordenação do processo de fusão e extinção dos organismos acima referidos o presidente do conselho directivo do IMTT, I. P., licenciado António José Borrani Crisóstomo Teixeira.

2 — No exercício das funções que ora lhe são cometidas, o presidente do conselho directivo do IMTT, I. P., é coadjuvado pelo presidente da ANSR e pelo presidente do conselho directivo do InIR, I. P., bem como pelos secretários-gerais dos Ministérios da Administração Interna e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

3 — Os titulares dos órgãos directivos das entidades extintas prestarão o apoio necessário ao exercício das funções de coordenação, mantendo-se para o efeito no exercício de funções e facultarão designadamente o acesso aos dirigentes intermédios e a informação considerada necessária que seja solicitada.

4 — O presente despacho vigora nos 60 dias úteis posteriores à data da entrada em vigor dos diplomas orgânicos dos respectivos serviços integradores.

15 de Maio de 2007. — Pelo Ministro de Estado e da Administração Interna, *Ascenso Luís Seixas Simões*, Secretário de Estado da Administração Interna. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICAGabinete do Secretário de Estado
da Administração Pública

Despacho n.º 11 964/2007

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonerado, a seu pedido, o do exercício de funções de assessoria especializada ao meu Gabinete, para que foi nomeado por meu despacho de 11 de Julho de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 144, de 28 de Julho de 2005. O presente despacho produz efeitos a 4 de Junho de 2007.

11 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 11 965/2007

Considerando que por acórdão de 28 de Setembro de 2006, lavrado no processo n.º 3957/00, do 1.º Juízo Liquidatário (1.ª Secção) do Tribunal Central Administrativo Sul, foi concedido provimento ao recurso contencioso de anulação do despacho de 6 de Novembro de 1999 do Ministro das Finanças, que aplicou a pena de aposentação compulsiva ao assessor jurídico principal, do quadro de pessoal da ex-Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, licenciado José António Cabral e Pereira da Silva, anulando, assim, esse despacho daquele membro do Governo;

Considerando que o recurso contencioso de anulação de tal acórdão, interposto pelo Ministro de Estado e das Finanças, foi considerado extinto, tendo tal decisão transitado em julgado no dia 15 de Fevereiro de 2007, tornando-se assim definitiva e obrigando a administração a dar execução ao acórdão acima referido, como se tal acto nunca tivesse existido na ordem jurídica:

É reintegrado no activo da Função Pública, na Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, em lugar vago do respectivo quadro de pessoal, o licenciado José António Cabral e Pereira da Silva, com a categoria de assessor jurídico principal, sendo reconstituída a sua situação jurídico-funcional desde 13 de Novembro de 1999, data da sua passagem à situação de aposentação compulsiva.

18 de Maio de 2007. — O Secretário-Geral, *J. A. Mendonça Canteiro*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 11 966/2007

Por despacho de 14 de Maio de 2007 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe estão delegados pelo despacho n.º 7773/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 27 de Abril de 2007, precedendo concurso de acesso, foram promovidos, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007, à categoria de verificador da carreira técnica superior aduaneira do quadro de pessoal desta Direcção-Geral os funcionários a seguir identificados:

João Pedro Raposo Botelho Pimentel.
José Eduardo Machado.
José Braz de Sousa.
Vítor Manuel de Oliveira Aires Crespo.
Francisco José Souto Marques.
José Alberto Gaspar Gomes.
José António Baião dos Santos.
Maria Judite Costa Pinheiro.
Paulo Eduardo de Noronha Miranda Teles.
Gil Feyaerts Pinto.
Rebeca Dominguez Raposo Paulino.
Ana Maria Ramos da Silva.
Maria Lourenço de Oliveira.
João Pedro Vasco Paterno Dias.
Luís Alberto Nunes Marques.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Maio de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 10 876/2007

Por despachos da subdirectora-geral dos Impostos, por delegação de competências do director-geral, e da vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte de 22 de Março e de 4 de Maio de 2007, respectivamente, foi autorizada a requisição do especialista de informática de grau 2 Rui Manuel da Silva Peixoto, do quadro de pessoal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral com afectação à Direcção de Finanças de Braga, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 14 de Maio de 2007.

10 de Maio de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 10 877/2007

Por despachos da subdirectora-geral dos Impostos, por delegação de competências do director-geral, e do director-geral do Património de 22 de Abril e de 3 de Maio de 2007, respectivamente, foi autorizada a requisição da auxiliar administrativa Madalena Maria Nascimento Caetano, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Património, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral com afectação à Direcção de Finanças de Lisboa, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 14 de Maio de 2007.

13 de Maio de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 10 878/2007

Delegação de competências

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do CPA, no artigo 62.º da Lei Geral Tributária (LGT) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º do ETAF (Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro), delego nas licenciadas em Direito Ana Catarina Ferreira de Figueiredo, Daniela Maria da Costa Gomes, Maria Delfina Mendes Dias Albuquerque e Sandra

Isabel Pereira Mateus Palhas a competência para me substituírem na qualidade de representante da Fazenda Pública junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu.

Este despacho não põe em causa despachos anteriores sobre a mesma matéria e produz efeitos imediatos, ficando também ratificados os actos entretanto praticados, pelas delegadas, no âmbito da matéria objecto deste despacho.

15 de Maio de 2007. — O Director de Finanças de Viseu, *Armando H. L. Santos*.

Aviso (extracto) n.º 10 879/2007

Por despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de 8 de Maio de 2007, foi concedida equiparação a bolseiro no País ao gestor tributário José Maria Fernandes Pires, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, com início em 1 de Janeiro de 2008, pelo período de um ano, prorrogável até três anos.

17 de Maio de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 10 880/2007

Por despacho do director-geral dos Impostos de 18 de Maio de 2007, proferido ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de director de finanças da Direcção de Finanças de Évora o funcionário Hilário Estevão Cochicho Modas, inspector tributário assessor, com efeitos a 9 de Maio de 2007.

22 de Maio de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 10 881/2007

Por despacho do director-geral dos Impostos de 18 de Maio de 2007, proferido ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão da Justiça Tributária da Direcção de Finanças de Évora, o funcionário António Joaquim dos Reis Aleixo, técnico de administração tributário principal, com efeitos a 1 de Junho de 2007.

22 de Maio de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

Aviso n.º 10 882/2007

Em cumprimento do estabelecido no artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, dá-se conhecimento de que os acordos com os prestadores abaixo indicados sofreram as seguintes alterações:

Consultas de clínica geral

Octávio Simões dos Santos — acordo rescindido com efeitos a partir de 2 de Março de 2007:

Setúbal — Quinta do Anjo, Rua de Venâncio Costa Lima, 139;
Palmela — Rua do General Amílcar Mota, 4, rés-do-chão, B;
Almada — Praça de Gil Vicente, 13, 1.º, direito.

Consultas de fisioterapia

Maria Helena Marques Pereira Branco Gomes — acordo denunciado com efeitos a partir de 13 de Abril de 2007:

Vila Real de Santo António — Rua do Dr. Manuel Arriaga, 82-B e 84-A;
São Brás de Arportel — Rua do Dr. Evaristo de Sousa Gago, 5, rés-do-chão, A.

Consultas de generalista

Jorge Manuel Reis Alves Brandão — transfere o consultório sediado em Paço de Arcos, Rua de Costa Pinto, 182, 1.º, para Lisboa, Avenida do Almirante Reis, 254, 2.º, esquerdo.

Consultas de oftalmologia

João Nuno Melo Beirão — São João da Madeira, Rua de Olivença Júnior, 76, 2.º, para Leça da Palmeira, Rua de Alberto Laura Moreira Júnior, 62.

Jorge Manuel Fernandes Reis — transfere o consultório sediado na Figueira da Foz, Praia de Buarcos, Rua do Dr. Manuel Arriaga,